COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N^o , DE 2009

(Do Sr. Bernardo Ariston)

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a política nacional para o gás natural e o aumento de sua participação na matriz energética brasileira.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de discutir a política nacional para o gás natural e o aumento de sua participação na matriz energética brasileira.

Serão convidadas a participar da audiência, como expositores, as seguintes autoridades:

- Sr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia;
- Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Sra. Maria das Graças Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobrás;
- Sr. Armando Martins Laudorio, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS);

 Sr. Ricardo Lima, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE).

JUSTIFICAÇÃO

O mercado de gás natural tem crescido significativamente no Brasil. Entretanto, esse energético representa apenas 10,2% de nossa oferta interna de energia, enquanto sua participação na matriz mundial é de 20,5%.

Assim, existe ainda grande espaço para o aumento do consumo do gás natural no Brasil. Para o pleno desenvolvimento do mercado brasileiro de gás natural, ainda imaturo, é preciso que se discuta os instrumentos de política governamental e de regulação do setor, inclusive no que se refere à formação de preços.

Outro ponto essencial refere-se à Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, a chamada Lei do Gás, que ainda está pendente de regulamentação pelo Poder Executivo, gerando grande expectativa em toda a cadeia do combustível.

Considerando o importante papel do gás natural no aumento da competitividade de nossa indústria e, portanto, de nossa economia, solicito a realização de audiência pública para discussão da matéria.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Bernardo Ariston